



MPC NOTÍCIAS

INTEGRIDADE

TRANSPARÊNCIA

EFETIVIDADE

MPC-MG prestigia solenidade de posse de nova Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da AMMP

por Simone Pereira



O Subprocurador-Geral do MPC-MG, Daniel Guimarães, ladeado pela Promotora de Justiça Luz Maria Romanelli de Castro e pela Promotora de Justiça Larissa Rodrigues Amaral. 01 fev. 2024. Foto: AMMP.

No dia 1º de fevereiro, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, representado pelo Subprocurador-Geral, Daniel Guimarães, prestigiou a cerimônia de posse da nova Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), que ocorreu na sede da Associação.

A Promotora de Justiça Larissa Rodrigues Amaral foi reconduzida ao cargo de Presidente da AMMP para o biênio 2024-2026. Além disso, tomaram posse a Promotora de Justiça Luz Maria Romanelli de Castro, para o cargo de 1ª Vice-Presidente; o Promotor de Justiça Fabrício Marques Ferragini, para o cargo de 2º Vice-Presidente; o Promotor de Justiça Francisco Chaves Generoso, para o cargo de 3º Vice-Presidente; e o Promotor de

NESTA EDIÇÃO

- p.2 MPC Cast 3ª temporada
- p.3 MPC-MG realiza visita institucional a Senadores e a Ministro do TCU
- p.4 Procurador-Geral do MPC-MG prestigia posse de nova Diretoria da Atricon
- p.6 MPC-MG comparece à posse de nova Mesa Diretora da Audicon
- p.8 MPC-MG participa de reunião da Rede Ouvir
- p.9 Procuradora Ouvidora do MPC-MG compõe Conselho Editorial da Revista do TCE-MG
- p.11 Procurador-Geral do MPC-MG recebe homenagem do MPMG
- p.13 MPC-MG promove palestra para servidores do Município de Montalvânia
- p.14 MPC-MG marca presença em reunião da Arcco-MG
- p.15 MPC pelo Brasil
- p.17 MPC-MG em Números
- p.17 Lex Data
- p.19 Coluna Iurisprudencia

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AV. RAJA GABAGLIA, 1.315, 5º ANDAR - LUXEMBURGO - BELO HORIZONTE - CEP 30.380-435
MPC.MG.GOV.BR • (31) 3348-2467

MPC-MG prestigia solenidade de posse de nova Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal da AMMP

(continuação)

Justiça Vinícius Bigonha Cancela Moraes de Melo, para o cargo de 4º Vice-Presidente.

Já as Promotoras de Justiça Fernanda de Paula Silva e Fernanda Caram Monteiro foram empossadas nos cargos de 1ª Diretora Administrativa e 2ª Diretora Administrativa, respectivamente. A Promotora de Justiça Júnia Barroso Oliveira Balsamão foi empossada no cargo de 1ª Diretora Financeira; e o Procurador de Justiça José Silvério Perdigão de Oliveira, no cargo de 2º Diretor Financeiro.

A solenidade contou com a presença da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Promotores e Procuradores dos Ministérios Públicos de todo o país, entidades de classe do Ministério Público de outros estados e demais autoridades que prestigiaram os novos membros atuantes da Associação Mineira, entre eles, o Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Gilberto Diniz, o Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, e a Defensora-Geral de Justiça de Minas Gerais, Raquel Gomes da Costa Dias. ■

MPC CAST

3ª TEMPORADA

Neste episódio, o convidado é o Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados nas áreas de Direito Administrativo e Administração Pública **Rafael Amorim de Amorim**. O tema desta edição é a Lei federal nº 14.133/2021, a Nova Lei de Licitações.

O tema está em voga, já que a partir de 30 de dezembro de 2023 a adoção da nova legislação passou a ser obrigatória, com a revogação de outras leis, como a antiga Lei de Licitações (Lei federal 8.666/1993), a Lei do Pregão (Lei federal n. 10.520/2002) e a Lei do Regime Diferenciado de Contratações – RDC (Lei federal n. 12.462/2011). Rafael Amorim de Amorim esteve diretamente envolvido na tramitação legislativa do projeto de lei que deu origem à Nova Lei de Licitações e Contratos.

Confira o episódio **aqui**, lendo o código ao lado ou acessando nosso perfil do Spotify.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AV. RAJA GABAGLIA, 1.315, 5º ANDAR - LUXEMBURGO - BELO HORIZONTE - CEP 30.380-435

MPC.MG.GOV.BR • (31) 3348-2467

MPC-MG realiza visita institucional a Senadores e a Ministro do TCU

por Simone Pereira



Da esquerda para a direita: o Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco; o Procurador-Geral do MPC-SC, Diogo Ringenberg; o Procurador-Geral do MPC-GO e Presidente do CNPGC, Henrique Pandim; o Subprocurador do MPCM-PA, Marcelo Fonseca Barros; o Procurador-Geral do MPC-AP, Antônio Clésio Cunha dos Santos; o Procurador do MPC-PA Felipe Rosa Cruz; e o Procurador Ouvidor do MPC-PA, Stanley Botti Fernandes. **Acervo pessoal.**

O Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, representado pelo Procurador-Geral, Marcílio Barenco, realizou visita institucional aos gabinetes dos Senadores Alan Rick, Senador pelo Estado do Acre; Augusta Brito, Senadora pelo Estado do Ceará; Mara Gabrilli, Senadora pelo Estado de São Paulo; e Magno Malta, Senador pelo Estado do Espírito Santo.

Também compôs o itinerário visita ao Ministro do Tribunal de Contas da União Antonio Anastasia. Acompanham o Procurador-Geral do *Parquet* de Contas mineiro o Procurador-Geral do MPC-GO e Presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC), Henrique Pandim; o Procurador-Geral do MPC-SC, Diogo Ringenberg; o Procurador-

-Geral do MPC-AP, Antônio Clésio Cunha dos Santos; o Procurador do MPC-PA Felipe Rosa Cruz; o Procurador Ouvidor do MPC-PA, Stanley Botti Fernandes; e o Subprocurador do MPCM-PA, Marcelo Fonseca Barros.

As visitas ocorreram nos dias 21 e 22, em Brasília, para tratar de assuntos institucionais do Ministério Público de Contas brasileiro, além do fortalecimento das relações no âmbito do Poder Legislativo federal, com debates de interesse ao Controle Externo e à eficiência da Administração Pública. A interação entre esses órgãos é fundamental para o aprimoramento das políticas de transparência e para o combate à corrupção, contribuindo assim para o desenvolvimento e o bem-estar social. ■

Procurador-Geral do MPC-MG prestigia posse de nova Diretoria da Atricon

por Simone Pereira



O Conselheiro do TCE-MG Wanderley Ávila e o Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco.
Acervo pessoal.

O Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Marcílio Barenco, prestigiou no dia 20, a cerimônia de posse da nova Diretoria da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) para o biênio 2024-2025.

O evento, que ocorreu no Auditório Ministro Pereira Lira, no Tribunal de Contas da União (TCU), contou com a presença, no dispositivo de honra, do então Presidente da Atricon, Conselheiro Cezar Miola, do Presidente do TCU, Ministro Bruno Dantas, do Presidente eleito da Atricon para o biênio 2024-2025, Conselheiro Edilson de Sousa Silva, Corregedor do TCE-RO, entre outras autoridades.



O Presidente eleito da Atricon para o biênio 2024-2025, Conselheiro Edilson de Sousa Silva. **Atricon.**

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AV. RAJA GABAGLIA, 1.315, 5º ANDAR - LUXEMBURGO - BELO HORIZONTE - CEP 30.380-435
MPC.MG.GOV.BR • (31) 3348-2467

Procurador-Geral do MPC-MG prestigia posse de nova Diretoria da Atricon

(continuação)

Na ocasião, o Vice-Presidente do TCE-MG, Conselheiro Durval Ângelo, tomou posse como Diretor de Relações Político-Institucionais e o Conselheiro Substituto Telmo Passareli foi empossado no Conselho Fiscal da entidade, como Suplente. O Conselheiro do TCE-RO Edilson Silva assume a Presidência da Associação pelos próximos dois anos.

Além do Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco, o Presidente do TCE-MG, Conselheiro Gilberto Diniz, participou da solenidade, acompanhado dos Conselheiros Wanderley Ávila e Cláudio Terrão, que compuseram a diretoria da entidade na gestão passada, presidida pelo Conselheiro do TCE-RS Cezar Miola. ■



O então Presidente da Atricon, Cezar Miola, que assumiu o cargo de Vice-Presidente de Relações Político-Institucionais. **Atricon.**



O Presidente do TCU, Ministro Bruno Dantas. **Atricon.**

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AV. RAJA GABAGLIA, 1.315, 5º ANDAR - LUXEMBURGO - BELO HORIZONTE - CEP 30.380-435
MPC.MG.GOV.BR • (31) 3348-2467

MPC-MG comparece à posse de nova Mesa Diretora da Audicon

por Simone Pereira



O Procurador-Geral do MPC-MG, Marcílio Barenco, na solenidade de posse. **Acervo pessoal.**

No dia 21, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, representado pelo Procurador-Geral, Marcílio Barenco, compareceu à posse da Nova Mesa Diretora da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros-Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon).

O evento aconteceu no Tribunal de Contas da União (TCU) e contou com a presença de autoridades de todo o país. Foram empossadas a Presidente, Conselheira Substituta Milene Dias da Cunha,

do TCE-PA; o Vice-Presidente, Ministro Substituto Marcos Bemquerer Costa, do TCU; e a Secretária-Geral, Conselheira Substituta Jaqueline Maria Jacobsen Marques, do TCE-MT. O Conselheiro Substituto do TCE-MG Telmo Passareli também tomou posse no Conselho Fiscal da Audicon.

A nova Diretoria foi eleita no dia 29 de novembro do ano passado, durante o III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, que ocorreu em Fortaleza.

MPC-MG comparece à posse de nova Mesa Diretora da Audicon (continuação)



O dispositivo de honra do evento. **Acervo pessoal.**

SAIBA MAIS

A Audicon é uma entidade civil de âmbito nacional, com sede e foro em Brasília/DF, que congrega os Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Seus principais objetivos incluem promover a cooperação e solidariedade entre esses profissionais, defender direitos e aspirações, além de buscar o aprimoramento das funções de judicatura conforme delineado na Constituição da República. A Associação também tem o propósito de realizar eventos como cursos, seminários, conferências e congressos para estimular a cultura do Direito, Administração Pública, Economia, Ciências Contábeis e Finanças, além de patrocinar concursos e premiar os melhores trabalhos apresentados.

Dentro de seus propósitos, a Audicon defende o controle externo realizado pelas Cortes de Contas, buscando o desenvolvimento e a uniformização de procedimentos, ao mesmo tempo que respeita as particularidades de cada jurisdição. A entidade tem como foco fortalecer a união desses profissionais que exercem a judicatura nos Tribunais de Contas, promovendo sua integração e apoio mútuo, além de fomentar o conhecimento e a pesquisa nas áreas pertinentes ao controle e gestão dos recursos públicos. ■

MPC-MG participa de reunião da Rede Ouvir

por Simone Pereira



Os participantes da reunião, à direita, o servidor do MPC-MG Rodrigo Gatti.

No dia 21, aconteceu, no auditório da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), a primeira reunião de Ouvidores da Rede Ouvir deste ano, da qual participou o servidor Rodrigo Gatti, lotado no Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, representando a Procuradora Ouvidora, Elke Moura.

A reunião, que contou com a presença de membros de Ouvidorias de diversos órgãos, teve como escopo a criação da Ouvidoria Itinerante e a definição de data para o Seminário de Ouvidorias. Também foi divulgado o sistema de Ouvidoria da Cemig e feita apresentação institucional da Companhia.

SAIBA MAIS

A Rede Mineira de Ouvidorias, com atuação em nível estadual, tem como escopo consolidar a parceria, a cooperação mútua e a articulação de esforços entre as instituições partícipes visando fomentar a expansão do instituto da Ouvidoria em prol do cidadão e do fortalecimento de ferramentas ligadas ao controle social. A adesão do MPC-MG a essa Rede foi firmada em agosto de 2023. ■



OUVIDORIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Para encaminhar reclamações, elogios, pedidos de informações, críticas e/ou sugestões sobre as atividades desenvolvidas pelo MPC-MG, entre em contato pelo e-mail:



ouvidoriampc@mpc.mg.gov.br

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AV. RAJA GABAGLIA, 1.315, 5º ANDAR - LUXEMBURGO - BELO HORIZONTE - CEP 30.380-435
MPC.MG.GOV.BR • (31) 3348-2467

Procuradora Ouvidora do MPC-MG compõe Conselho Editorial da Revista do TCE-MG

por Simone Pereira



| A Procuradora Ouvidora do MPC-MG, Elke Moura.

A Procuradora Ouvidora do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Elke Moura, mantém-se como integrante do Conselho Editorial da Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), conforme publicação do Diário Oficial de Contas do último dia 16.

A alteração na composição do Conselho Editorial, na qual se mantém a Procuradora, foi realizada por meio da Portaria nº 13/2024, subscrita pelo Presidente

do TCE-MG, Conselheiro Gilberto Diniz, que também integra o corpo editorial do periódico.

Ainda constituem o Conselho o Conselheiro Cláudio Couto Terrão; o Conselheiro Substituto Licurgo Mourão; o Conselheiro aposentado Sebastião Helvecio; o Conselheiro do TCE-CE e Presidente do IRB Edilberto Carlos Pontes Lima; a Procuradora do MPC-SP Élide Graziane Pinto; o Presidente do TCE-SC, Conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Júnior;

Procuradora Ouvidora do MPC-MG compõe Conselho Editorial da Revista do TCE-MG

(continuação)

a Professora da UFMG e servidora do TCE-MG Daniela Coelho Mello Haikal; a também Professora da UFMG Jamile Bergamaschine Mata Diz; o Conselheiro do TCE-MA José de Ribamar Caldas Fur-

tado; o Professor Pedro Gustavo Gomes Andrade; o servidor do TCE-MG Rodrigo Marzano Antunes Miranda; e o doutorando em Direito João Batista Miguel. Confira a publicação **aqui**.

SAIBA MAIS

O foco da Revista do TCE-MG é a disseminação do conhecimento científico de colaboradores nacionais e internacionais relativo a pesquisas, experiências e estudos para a melhor gestão dos recursos no âmbito da Administração Pública. Para tanto, propõe-se: fomentar o pluralismo de ideias, opiniões, pareceres, doutrinas e jurisprudências; estimular a inovação, a originalidade do pensamento científico e o controle social; divulgar temas contemporâneos que perpassem as boas práticas de governança. A proposta da Revista do TCE-MG é, sobretudo, contribuir para o fortalecimento da democracia e para o cumprimento dos princípios basilares do Estado Democrático de Direito.

Os artigos a serem publicados devem ser inéditos e são submetidos a um processo de avaliação.

A Revista do TCE-MG é composta, em cada edição, de cinco artigos doutrinários, além de pareceres, decisões, jurisprudência e a seção estudo e pesquisa, com um trabalho técnico de repercussão nas Cortes de Contas brasileiras. ■

FONTE

TCE-MG. Disponível em: <<https://revista.tce.mg.gov.br/revista/index.php/TCEMG/about/editorialPolicies#focusAndScope>> Acesso em: 20 fev. 2024.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AV. RAJA GABAGLIA, 1.315, 5º ANDAR - LUXEMBURGO - BELO HORIZONTE - CEP 30.380-435
MPC.MG.GOV.BR • (31) 3348-2467

Procurador-Geral do MPC-MG recebe homenagem do MPMG

por Simone Pereira



Da esquerda para a direita: o Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior, o Promotor de Justiça e Coordenador da Arcco-MG, Daniel de Sá Rodrigues, o Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral do MPC-MG, Éverton Moebus, o Coordenador-Geral da Cimos, Promotor de Justiça Paulo César Vicente de Lima, e a Ouvidora do MPMG, Nádia Estela Ferreira Mateus. **MPC-MG.**

Aconteceu, no dia 22, no auditório do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), cerimônia de abertura dos trabalhos e apresentação dos resultados do Projeto MP Itinerante, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG).

Na ocasião, houve a entrega de homenagem a autoridades e colaboradores que contribuíram para o projeto. O Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, Marcílio Barenco, foi um dos agraciados, sendo representado pelo Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral, Éverton Moebus. A homenagem foi entregue pelo Promotor de Justiça e Coordenador da Ação Integrada da Rede de Controle e Combate à Corrupção (Arcco-MG), Daniel de Sá Rodrigues.

Na cerimônia, foi assinada a Resolução PGJ, que transformou a Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos) em Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça para Apoio Comunitário, Inclusão e Mobilização Sociais (CAO-Cimos), além da posse de dois Coordenadores Regionais. Houve, ainda, a assinatura de Termos e Protocolos de Intenções.

O dispositivo de honra foi composto pelo Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior; pela Presidente do TRF-6, Mônica Sifuentes; pela 3ª Vice-Presidente do TJMG, Desembargadora Ana Paula Nannetti Caixeta; pelo Deputado Estadual Coronel Henrique; pela Defensora Pública Geral de Minas Gerais, Raquel Dias; pela Secretária de Estado de

Procurador-Geral do MPC-MG recebe homenagem do MPMG

(continuação)

Desenvolvimento Social, Elizabeth Jucá e Mello Jacometti; pelo Corregedor-Geral Adjunto do MPMG, Mauro Flávio Ferreira Brandão; pela Presidente do Servas, Christiana Renault; pelo Coordenador-Geral da Cimos, Promotor de Justiça Paulo César Vicente de Lima; e pela Ouvidora do MPMG, Nádia Estela Ferreira Mateus. Também estiveram presentes autoridades do Ministério Público mineiro, dos Poderes Executivo e Legislativo, além de outras instituições parceiras.

No evento, foram apresentados resultados do Projeto, que demonstraram sua importância tendo em vista a proximidade das pessoas, especialmente de cidades interioranas. Em seu discurso, o Coordenador-Geral da Cimos, Promotor de Justiça Paulo César Vicente de Lima, citou a necessidade de o Ministério Público ser conhecido não somente como órgão de poder, mas como uma instituição que busca a resolução de problemas sociais, visando atender cada realidade

conforme suas circunstâncias e peculiaridades. Por sua vez, o Procurador-Geral de Justiça, Jarbas Soares, citou exemplos de visitas a cidades nas quais se buscou não somente aproximar o Ministério Público da população, mas apresentar soluções para suas demandas.

A cerimônia foi transmitida pela TV MPMG. Confira [aqui](#). ■



A placa de homenagem. MPC-MG.



O dispositivo de honra da cerimônia. MPC-MG.

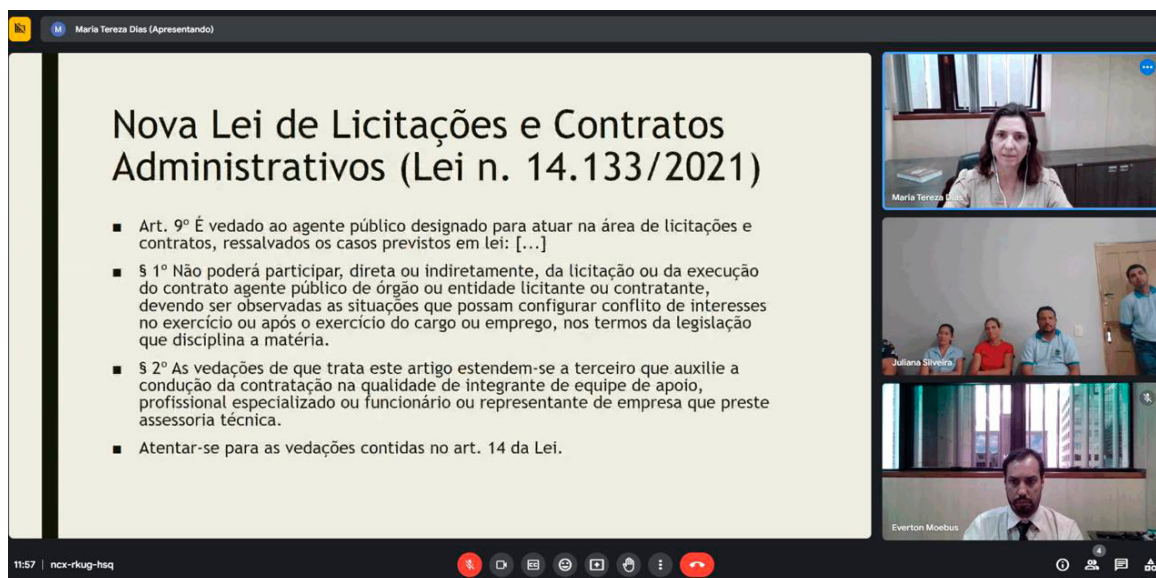
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AV. RAJA GABAGLIA, 1.315, 5º ANDAR - LUXEMBURGO - BELO HORIZONTE - CEP 30.380-435

MPC.MG.GOV.BR • (31) 3348-2467

MPC-MG promove palestra para servidores do Município de Montalvânia

por Simone Pereira



Reprodução.

No último dia 27, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais promoveu palestra de capacitação para servidores do Município de Montalvânia no âmbito do Projeto Ministério Público Itinerante (MPI), iniciativa do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG). O encontro, que aconteceu virtualmente, foi ministrado pela Assessora da Procuradoria-Geral, Maria Tereza Dias. Também prestigiou a palestra o Chefe de Gabinete dessa Procuradoria, Éverton Moebus.

Maria Tereza Dias dissertou sobre a temática de conflito de interesses na Administração Pública, como a Lei federal n. 12.813/2013. No contexto da legislação estadual, enfatizou o Decreto n. 48.417/2022, abordando a divulgação e promoção das normas de conduta ética aplicáveis aos agentes públicos. Também esclareceu as competências das comissões de ética e do Conselho de Ética Pú-

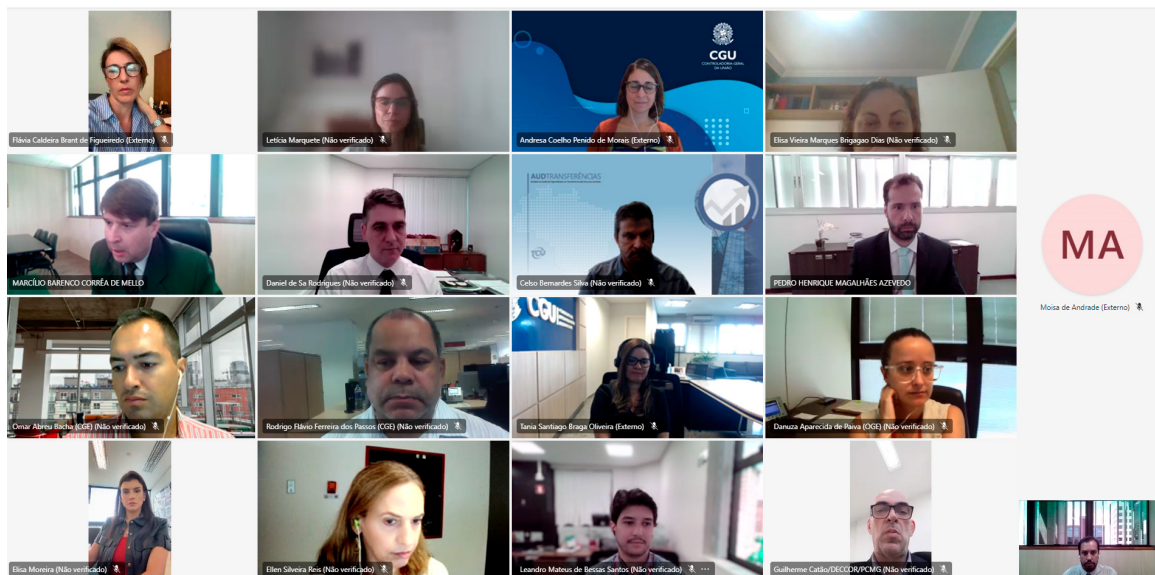
blica (Conset), ressaltando a importância da transversalidade do tratamento das questões éticas com outras instâncias do Estado, como a Advocacia-Geral, a Controladoria-Geral e a Ouvidoria-Geral.

Já a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos também foi explorada, mostrando-se as vedações aos agentes públicos envolvidos nesses processos, que não podem participar direta ou indiretamente da licitação ou execução do contrato, com especial atenção às situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo.

Por fim, foi reforçada a necessidade de atenção às vedações detalhadas na legislação, buscando orientar os servidores municipais para uma atuação transparente e ética na Administração Pública de Montalvânia. ■

MPC-MG marca presença em reunião da Arcco-MG

por Simone Pereira



Os participantes da reunião.

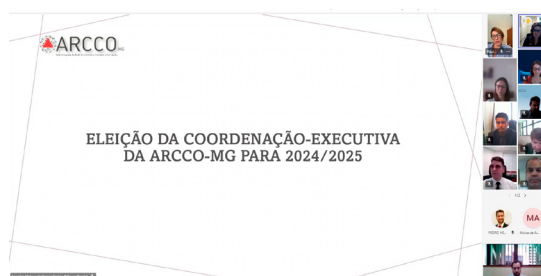
No dia 28, o Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais, representado pelo Procurador-Geral, Marcílio Barenco, participou da 1ª Reunião Ordinária da Ação Integrada da Rede de Controle e Combate à Corrupção no Estado de Minas Gerais (Arcco-MG). Também participou o Chefe de Gabinete da Procuradoria-Geral, Éverton Moebus.

O encontro trouxe em sua pauta temas cruciais para a transparência e a lisura nas instituições públicas, incluindo a prestação de contas da Semana contra a Corrupção 2023 e o cronograma do MP Itinerante, além da definição sobre a continuidade do Projeto Arcco em Movimento.

Um dos pontos altos da reunião foi a eleição da Coordenação Executiva da Arcco-MG para o biênio 2024-2025, tendo sido ratificada a escolha da Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais (CGE-MG),

que terá como Coordenador o Controlador-Geral do Estado, Rodrigo Fontenelle.

O Procurador-Geral do MPC-MG também teceu agradecimentos ao Promotor de Justiça Daniel de Sá Rodrigues e apresentou moção de elogio para anotação na ficha funcional do Promotor e do servidor Leandro Bessas, reconhecendo o empenho e a dedicação durante a gestão 2023-2024 na Coordenação Executiva da Arcco-MG, o que foi aprovado por todos os representantes das instituições presentes. ■



Reprodução.

MPC PELO BRASIL

Nesta coluna, confira os destaques deste mês dos MPCs pelo Brasil.



População em situação de rua: deveres dos gestores públicos e o papel do sistema de controle externo

Dando sequência na concretização do Plano de Ações da gestão 2023-2024, lançamos a presente cartilha denominada “População em situação de rua: deveres dos gestores públicos e o papel do sistema de controle externo”.

A publicação tem por objetivo principal reforçar aos gestores públicos os seus deveres na implementação de ações que garantam os direitos dessa população em situação de vulnerabilidade, bem como elencar possibilidades de atuações do sistema de controle externo brasileiro nessa temática.

MPCM GOIÁS



A cartilha é fruto de um trabalho conjunto entre o CNPGC, instituições do sistema de controle externo e instituições parceiras. Colaboraram com a elaboração do material o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCMGO, a Defensoria Pública do Estado de Goiás e o Movimento Nacional da População em Situação de Rua – MNPR em Goiás.

Conheça a cartilha clicando [aqui](#).

FONTE

MPCM-GO.

Disponível em: <<https://www.tcmgo.tc.br/mpc/2024/02/23/populacao-em-situacao-de-rua-deveres-dos-gestores-publicos-e-o-papel-do-sistema-de-controle-externo/>> Acesso em: 26 fev. 2024.



MPC PELO BRASIL

Integrantes da Rede de Controle da Gestão Pública em SC planejam ações para 2024

MPC SANTA CATARINA

Os participantes da Rede de Controle da Gestão Pública em Santa Catarina reuniram-se na tarde do dia 02 na sede do Ministério Público de Contas (MPC/SC). O primeiro encontro do ano – conduzido pelo presidente da entidade, Procurador-Geral de Contas do MPC/SC, Diogo Ringenberg – teve como pauta principal o planejamento das ações para 2024. Entre os temas elencados como prioritários neste ano estão educação, governança, transparência pública, controle social e controle interno nos Municípios.

“Quando os órgãos públicos atuam em parceria uns com os outros, concretiza-se o princípio constitucional da eficiência. Com isso, é possível fazer mais pela sociedade com o mesmo recurso, otimizando o trabalho”, afirmou o Procurador Diogo Ringenberg. “Pretendo dar a minha contribuição para que a ideia de atuação em rede dos órgãos de controle continue forte em Santa Catarina”, completou.

Criada em 2009 pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a Rede de Controle da Gestão Pública congrega instituições públicas e da sociedade civil organizada

no intuito de discutir ações que buscam o aprimoramento da efetividade da função de controle do Estado sobre a gestão pública. Em Santa Catarina, os integrantes da Rede reúnem-se mensalmente para acompanhar as ações realizadas pelos grupos de trabalho constituídos e para definir estratégias de ações conjuntas.

Veja a lista dos órgãos que integram a Rede de Controle da Gestão Pública em Santa Catarina:

Controladoria-Geral da União (CGU); Controladoria-Geral do Estado (CGE/SC); Ministério Público Federal (MPF); Ministério Público do Estado (MPSC); Ministério Público de Contas (MPC/SC); Tribunal de Contas da União (TCU); Tribunal de Contas do Estado (TCE/SC); Polícia Federal (DPF); Polícia Civil (PCSC); Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ); Receita Federal do Brasil (RFB); Secretaria de Gestão (SEGES/ME); Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRESC); Conselho Regional de Administração de Santa Catarina (CRA/SC); Conselho Regional de Arquitetura de Urbanismo (CAU/SC); Conselho Regional de Contabilidade (CRC/SC); Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA/SC); Observatório Social do Brasil / SC (OSB/SC). ■

FONTE

MPC-SC.

Disponível em: <<https://www.mpc.sc.gov.br/noticias/integrantes-da-rede-de-controle-da-gestao-publica-em-santa-catarina-planejam-acoes-para-2024/>> Acesso em: 26 fev. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AV. RAJA GABAGLIA, 1.315, 5º ANDAR - LUXEMBURGO - BELO HORIZONTE - CEP 30.380-435
MPC.MG.GOV.BR • (31) 3348-2467

MPC-MG EM NÚMEROS

por Coordenadoria de Apoio Operacional - CAOP

Confira a movimentação processual entre o MPC-MG e o TCE-MG referente ao mês de **JANEIRO**:

AUTUAÇÃO E PROCESSAMENTO PRÓPRIOS

33 Notícias de Irregularidades
03 Assuntos Administrativos

1.295

PROCESSOS **ENTRARAM**

831

PROCESSOS **SAÍRAM**, COM PARECER, DESPACHO OU MANIFESTAÇÃO PRELIMINAR

REPRESENTAÇÕES

1.160.914 REPRESENTAÇÃO EM DESFAVOR DO GESTOR MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DAS MISSÕES EM RAZÃO DE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES RELACIONADOS AO PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÕES A SERVIDORES DAQUELE MUNICÍPIO.

LEX DATA

por Gabinete Procuradora Maria Cecília Borges

Quais são os direitos dos titulares de dados?

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) garante ao titular de dados o direito de acompanhar e de exercer o controle sobre seus dados pessoais, de forma gratuita¹. Deve ter livre acesso à finalidade e à forma do tratamento de dados, à identificação do controlador, ao tempo de retenção das informações e o conhecimento sobre compartilhamento de informações com terceiros².

Além disso, o titular dos dados tem o direito de revogar o consentimento que forneceu, relativamente ao tratamento de seus dados pessoais, e não poderá ser responsabilizado financeiramente pelos custos decorrentes de pedidos de informação a esse respeito³.

Inclusive, o titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões que venham a afetar seus interesses, tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais, aqui incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou relativas a aspectos de sua personalidade⁴. ■

NOTAS

¹ Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se:

[...]

XII - consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada.

Art. 6º As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

[...]

IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

I - mediante o fornecimento de consentimento pelo titular.

² Art. 9º O titular tem direito ao acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados, que deverão ser disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva acerca de, entre outras características previstas em regulamentação para o atendimento do princípio do livre acesso:

I - finalidade específica do tratamento;

II - forma e duração do tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

III - identificação do controlador;

IV - informações de contato do controlador;

V - informações acerca do uso compartilhado de dados pelo controlador e a finalidade;

VI - responsabilidades dos agentes que realizarão o tratamento; e

VII - direitos do titular, com menção explícita aos direitos contidos no art. 18 desta Lei.

³ Art. 9º [...] § 2º Na hipótese em que o consentimento é requerido, se houver mudanças da finalidade para o tratamento de dados pessoais não compatíveis com o consentimento original, o controlador deverá informar previamente o titular sobre as mudanças de finalidade, podendo o titular revogar o consentimento, caso discorde das alterações.

Art. 18. O titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

I - confirmação da existência de tratamento;

II - acesso aos dados;

⁴ Art. 20. O titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

COLUNA IURISPRUDENTIA

por Bruno Pimenta Carreiro

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

• Informativo nº 1.120 •

Resumo: “É inconstitucional – por configurar tratamento diferenciado desproporcional, sem amparo em justificativa razoável – lei estadual que concede, em favor de candidatos naturais residentes em seu âmbito territorial, bônus de 10% na nota obtida nos concursos públicos da área de segurança pública.” (ADI 7.458/PB. Relator: Ministro Gilmar Mendes, julgamento virtual finalizado em 11.12.2023)

• Informativo nº 1.121 •

Resumo: “É constitucional norma que cria hipótese de imóvel rural insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária no Programa de Arrendamento Rural, desde que presumido o cumprimento da sua função social e enquanto se mantiver arrendado. É constitucional norma que estabelece o esbulho possessório ou a invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo como impeditivos legais à realização da vistoria para fins de desapropriação, desde que (i) a ocupação seja anterior ou contemporânea aos procedimentos expropriatórios; e (ii) atinja porção significativa do imóvel rural, a ponto de alterar os graus de utilização da terra e de eficiência em sua exploração. É constitucional norma que proíbe a destinação de recursos públicos a entidade, organização, pessoa jurídica, movimento ou sociedade de fato que participe direta ou indiretamente de invasões de imóveis rurais ou de bens públicos.” (ADI 2.213/DF e ADI 2.411/DF. Relator: Ministro Nunes Marques, julgamento virtual finalizado em 18.12.2023)

Tese fixada: “No âmbito da tomada de contas especial, é possível a condenação administrativa de Chefes dos Poderes Executivos municipais, estaduais e distrital pelos Tribunais de Contas, quando identificada a responsabilidade pessoal em face de irregularidades no cumprimento de convênios interfederativos de repasse de verbas, sem necessidade de posterior julgamento ou aprovação do ato pelo respectivo Poder Legislativo.” (ARE 1.436.197/RO – Tema 1.287 RG. Relator: Ministro Luiz Fux, julgamento finalizado no Plenário Virtual em 18.12.2023)

Resumo: “É inconstitucional – por exorbitar as normas gerais previstas na Lei Complementar federal nº 151/2015 (CR/1988, art. 24, §§ 1º e 2º) e ofender o direito de propriedade das pessoas jurídicas de direito privado da Administração Pública indireta local (CR/1988, arts. 5º, caput, e 170, II) – lei estadual que prevê o uso de depósitos judiciais ou administrativos relativos a processos em que essas entidades sejam partes.” (ADI 5.457/AM. Relator: Ministro Nunes Marques, julgamento virtual finalizado em 18.12.2023)

Tese fixada: “1. É legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado. 2. O ajuizamento da execução fiscal dependerá da prévia adoção das seguintes providências: a) tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa; e b) protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida. 3. O trâmite de ações de execução fiscal não impede os

COLUNA IURISPRUDENTIA
(continuação)

entes federados de pedirem a suspensão do processo para a adoção das medidas previstas no item 2, devendo, nesse caso, o juiz ser comunicado do prazo para as providências cabíveis.” (RE 1.355.208/SC – Tema 1.184 RG. Relatora: Ministra Cármen Lúcia, julgamento finalizado em 19.12.2023)

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

• Edição extraordinária nº 14 •

Destaque: “É possível manter a cláusula de alienação fiduciária nos contratos regidos por empresa pública estadual criada para executar a política de habitação, como também é admissível o leilão público dos imóveis quando houver a execução daquela garantia.” (AREsp 1.776.983-SP. Relator: Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 19.9.2023, DJe 20.10.2023)

Destaque: “O ente federado pode promover diretamente ação judicial contra operadora privada de plano de saúde para ressarcimento de valores referentes a prestação de serviço de saúde em cumprimento de ordem judicial.” (REsp 1.945.959-RS. Relator: Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, por unanimidade, julgado em 17.10.2023, DJe 23.11.2023)

Destaque: “O critério de orientação para a confirmação do direito à concorrência especial funda-se no fenótipo, e não meramente no genótipo, na ancestralidade do candidato.” (AgInt nos EDcl no RMS 69.978-BA. Relator: Ministro Paulo Sérgio Domingues, por unanimidade, Primeira Turma, julgado em 23.10.2023, DJe 25.10.2023)

Destaque: “Aplica-se o regime normativo prescricional das pessoas jurídicas de direito público, previsto no Decreto n. 20.910/1932

e no Decreto-Lei n. 4.597/1942, às entidades da Administração Indireta com personalidade de direito privado que atuem na prestação de serviços públicos essenciais sem finalidade lucrativa e sem natureza concorrencial.” (EResp 1.725.030-SP. Relator: Ministro Raul Araújo, Corte Especial, por unanimidade, julgado em 14.12.2023, DJe 20.12.2023)

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

• Boletim de jurisprudência nº 470 •

Pessoal. Férias. Indenização. Conversão em pecúnia. Interesse público. Comprovação. Limite.

A indenização por férias não gozadas além do limite temporal previsto em lei exige a comprovação da necessidade do serviço, motivada por exclusivo interesse da Administração, como causa impeditiva da fruição das férias. (Acórdão 2139/2023 – Plenário. Administrativo. Relator: Ministro Antonio Anastasia)

Pessoal. Subsídio. Quintos. Décimos. Inconstitucionalidade. Decadência.

Não incide a decadência administrativa de que cuida o art. 54 da Lei 9.784/1999 em relação a atos administrativos flagrantemente inconstitucionais, a exemplo daqueles que permitam o pagamento de quintos ou décimos a servidor remunerado por subsídio (art. 39, § 4º, da Constituição da República). (Acórdão 2142/2023 – Plenário. Embargos de Declaração. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus)

Convênio. SUS. Desvio de objeto. Desvio de finalidade. Piso de Atenção Básica. Julgamento de contas.

A utilização de recursos do Piso de Atenção Básica (PAB) para pagamento de despesas da área de saúde enquadradas em outro bloco de financiamento configura hipóte-

COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

se de desvio de objeto, e não de desvio de finalidade, não implicando, por si só, julgamento pela irregularidade das contas. (Acórdão 9894/2023 – Segunda Câmara. Tomada de Contas Especial. Relator: Ministro Antonio Anastasia)

• Boletim de jurisprudência nº 471 •

Pessoal. Sistema S. Nepotismo. Função de confiança.

É vedada a nomeação, para o quadro de funções de confiança das entidades do Sistema S, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, do presidente ou dos conselheiros, efetivos e suplentes, dos órgãos colegiados dessas entidades, bem como de dirigentes de entidades civis ou sindicais, patronais ou de empregados, vinculados ao sistema, em observância aos princípios administrativos, especialmente os da moralidade, da impessoalidade e da isonomia, aplicáveis aos entes do Sistema S. (Acórdão 2177/2023 – Plenário. Acompanhamento. Relator: Ministro Substituto Augusto Sherman)

Licitação. Pregão. Intenção de recurso. Princípio da motivação.

No pregão, a apresentação de intenção de recurso genérica, sem descrever minimamente a irregularidade cometida pelo pregoeiro ou por empresa licitante, contraria o art. 44 do Decreto 10.024/2019. A exigência de motivação da intenção recursal pressu-

põe a indicação do ponto que deve ser revisto e dos dispositivos legais ou do edital infringidos. (Acórdão 2180/2023 – Plenário. Representação. Relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer)

Licitação. Edital de licitação. Impugnação. Representação. Apuração. Duplicidade. Princípio da eficiência.

O interessado em questionar eventuais irregularidades em processo licitatório deve acionar inicialmente o órgão ou a entidade promotora do certame, e somente após, se necessário, ingressar com representação no TCU, a fim de evitar duplicação de esforços de apuração em desfavor do erário e do interesse público, considerando o princípio constitucional da eficiência e as disposições do art. 169 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos). (Acórdão 10038/2023 – Segunda Câmara. Representação. Relator: Ministro Vital do Rêgo)

• Boletim de jurisprudência nº 472 •

Responsabilidade. Declaração de inidoneidade. Requisito. Detração penal. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Abrangência. CGU.

É cabível realizar a detração do período efetivamente cumprido da sanção de inidoneidade aplicada pela CGU (arts. 87, inciso IV, e 88 da Lei 8.666/1993) no cumprimento da pena de inidoneidade aplicada pelo TCU (art. 46 da Lei 8.443/1992) em razão dos mesmos



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AV. RAJA GABAGLIA, 1.315, 5º ANDAR - LUXEMBURGO - BELO HORIZONTE - CEP 30.380-435

MPC.MG.GOV.BR • (31) 3348-2467

COLUNA IURISPRUDENTIA
(continuação)

fatos, com base no art. 22, § 3º, do Decreto-lei 4.657/1942 (Lindb), pois constituem penalidades de igual natureza, ainda que a sanção aplicada pela Controladoria abranja apenas as licitações na Administração Pública federal e a do Tribunal alcance também as licitações municipais e estaduais custeadas com recursos federais. (Acórdão 2216/2023 – Plenário. Pedido de Reexame. Relator: Ministro Antonio Anastasia)

Responsabilidade. Débito. Prescrição. Interrupção. Abrangência.

Atos de apuração dos fatos e notificações dirigidos a determinados responsáveis não interrompem a prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória do TCU em relação a outros responsáveis somente identificados posteriormente. (Acórdão 12015/2023 – Primeira Câmara. Tomada de Contas Especial. Relator: Ministro Jorge Oliveira)

• Boletim de jurisprudência nº 473 •**Contrato Administrativo. Superfaturamento. Preço. Referência. Licitante. Preço de mercado. Proposta de preço.**

O parâmetro para cálculo de eventual superfaturamento é o preço de mercado, e não as propostas apresentadas por outros licitantes. O superfaturamento, para estar caracterizado, deve refletir que o preço pago pela Administração estava em patamar superior ao valor de mercado. (Acórdão 2259/2023 – Plenário. Tomada de Contas Especial. Relator: Ministro Jorge Oliveira)

Contrato Administrativo. Anulação. Avaliação. Emenda parlamentar. Declaração de inconstitucionalidade. STF. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.

A declaração de inconstitucionalidade, pelo STF na ADPF 854, das emendas de relator-geral do orçamento (RP-9) – mecanismo

popularmente designado “orçamento secreto” – não conduz, por si só, à nulidade dos contratos custeados com recursos oriundos daquelas emendas, devendo ser avaliada em cada caso concreto a ocorrência de outras eventuais irregularidades aptas a ensejar determinação para anulação. (Acórdão 2272/2023 – Plenário. Pedido de Reexame. Relator: Ministro Jorge Oliveira)

Pessoal. Recondição. Exoneração de pessoal. Extinção. Vínculo. Demissão voluntária.

A exoneração a pedido do servidor é ato voluntário que acarreta a extinção do vínculo com a Administração Pública, sendo possível o reingresso em seus quadros apenas mediante nova aprovação em concurso público. (Acórdão 2275/2023 – Plenário. Administrativo. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus)

• Boletim de jurisprudência nº 474 •**Responsabilidade. Ordenador de despesas. Formalização. Ausência. Pagamento indevido. Autorização.**

O fato de o agente público não ser formalmente o ordenador de despesas não impede a sua responsabilização pela autorização de pagamentos irregulares. (Acórdão 12554/2023 – Primeira Câmara. Tomada de Contas Especial. Relator: Ministro Benjamin Zymler)

Direito Processual. Princípio da independência das instâncias. Decisão judicial. Sentença penal absolutória. Improbidade administrativa.

A ação por improbidade administrativa, de natureza civil, não vincula o TCU, uma vez que não há litispendência entre um processo que tramita no Tribunal e outro que verse sobre matéria idêntica no âmbito do Poder Judiciário, em razão do princípio da independência das instâncias e da competência atribuída pela Constituição da República e

COLUNA IURISPRUDENTIA

(continuação)

pela Lei 8.443/1992 ao TCU. Apenas a sentença proferida em juízo penal que decida pela inexistência do fato ou pela negativa da autoria vincula a instância administrativa. (Acórdão 12589/2023 – Primeira Câmara. Tomada de Contas Especial. Relator: Ministro Benjamin Zymler)

• Boletim de jurisprudência nº 475 •

Finanças Públicas. Receita pública. Aplicação. Constituição Federal. Limite mínimo. Alteração. Retroatividade. Consulta.

Mudanças nas aplicações mínimas em ações e serviços públicos exigidas pela Constituição da República decorrentes de alterações do texto constitucional não retroagem, salvo quando houver expressa cláusula de vigência em sentido diverso, devendo ser aplicadas somente a partir do orçamento seguinte, em observância aos princípios da razoabilidade, da segurança jurídica, da anterioridade, do planejamento e do equilíbrio. (Acórdão 2338/2023 – Plenário. Consulta. Relator: Ministro Augusto Nardes)

Pessoal. Acumulação de pensões. Limite. Pensão militar. Acumulação de cargo público. Remuneração. Proventos.

É legal a acumulação de pensão militar por morte com remunerações ou proventos de dois cargos constitucionalmente acumuláveis. (Acórdão 13081/2023 – Primeira Câmara. Pedido de Reexame. Relator: Ministro Jhonatan de Jesus)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

• Boletim de jurisprudência nº 318 •

Processo cível – Direito administrativo – Servidor público estadual – Processo administrativo disciplinar – Poder Judiciário

– Mérito administrativo – Princípio da Separação dos Poderes.

Ementa: Mandado de segurança. Direito administrativo. Servidor público estadual. Diretor de projetos e custos do antigo DEOP. Projeto Governamental Cidade das Águas. Processo administrativo disciplinar. Cassação de aposentadoria. Cerceamento de defesa. Inocorrência. Devido processo legal. Prescrição. Prazo quadrienal afastado. Ausência de direito líquido e certo.

- A competência do Poder Judiciário na análise do Processo Administrativo Disciplinar limita-se ao exame da legalidade e legitimidade do procedimento, dos eventuais vícios formais ou dos que atentem contra princípios constitucionais, sendo vedada a análise do mérito do ato administrativo, sob pena de ofensa ao princípio da separação de poderes.

- Tendo sido assegurada a oportunidade de acesso do impetrante aos demais Processos Administrativos Disciplinares que foram desmembrados e se originaram da mesma sindicância e auditoria que gerou o Processo Administrativo por ele respondido, não caracteriza o alegado cerceamento a sua defesa a ausência de vista, antes de suas alegações finais, de outros dois Processos Administrativos Disciplinares gerados por sindicância diversa, apesar de também relacionados ao mesmo Projeto Governamental “Cidade das Águas”, que gerou as investigações.

- Tratando-se em caso de apuração de ilícito administrativo praticado pelo servidor, que pode também ser caracterizado como crime, aplica-se à pretensão punitiva administrativa o prazo prescricional da lei penal, não sendo aplicável a tese firmada no IRDR 1.0000.16.038002-8/000, que se restringe aos membros da Polícia Civil de Minas Gerais.

- Não restando comprovadas, no mandamus, a ocorrência de nulidade do PAD por cerceamento de defesa nem a prescrição da punição administrativa de cassação da aposentadoria do impetrante, deve ser denegada

COLUNA IURISPRUDENTIA
(continuação)

a segurança, frente à inexistência de direito líquido e certo a ser resguardado no Mandado de Segurança. (TJMG - Mandado de Segurança 1.0000.23.049416-3/000. Relator: Desembargador Domingos Coelho, Órgão Especial, j. em 18.12.2023, p. em 19.12.2023)

Processo cível – Ação civil pública – Improbidade administrativa Cumulação indevida de cargos públicos – Reincidência do ato ilegal – Condenação.

Ementa: Apelações cíveis. Ação civil pública. Improbidade administrativa. Acúmulo de cargos. Incompatibilidade reconhecida. Reincidência de irregularidades. Violação ao princípio da legalidade caracterizada. Recursos não providos.

- O funcionário público e agente político devem orientar-se, entre outros, pelo princípio constitucional da probidade.

- É indevido o acúmulo de cargos públicos incompatíveis.

- A reincidência do ato ilegal não constitui mera irregularidade e traduz grave ofensa aos princípios que devem pautar aqueles que exercem o munus público, principalmente o princípio da legalidade.

- Apelações cíveis conhecidas e não providas, mantida a sentença que acolheu a pretensão inicial. (TJMG - Apelação Cível nº 1.0472.19.000588-5/002. Relator: Desembargador Caetano Levi Lopes, 2ª Câmara Cível, j. em 19.12.2023, p. em 12.01.2024)

• Boletim de jurisprudência nº 319 •**Processo cível – Direito Administrativo – Responsabilidade civil do Estado Ação indenizatória – Queda de parte de árvore sobre pedestre – Árvore localizada em passeio público – Conduta omissiva do poder público – Dever de indenizar por danos materiais e morais.**

Ementa: Apelação cível. Ação indenizatória. Queda de parte de árvore sobre pedestre. Árvore localizada em passeio público. Con-

duta omissiva do poder público. Negligência. Dever de indenizar material e moralmente. Fixação de ônus sucumbenciais. Recurso parcialmente provido. Sentença reformada.

- No caso do Estado, à luz da teoria do risco administrativo, não integral, adotada pelo art. 37, § 6º, da Constituição da República de 1988, a responsabilidade civil por ato omissivo genérico do poder público é, em regra, subjetiva.

- Por isso mesmo, ainda que determinada árvore não tenha sido plantada pelo próprio ente público, encontrando-se sobre uma parcela da via pública – o passeio –, é de responsabilidade do Município.

- Nesse sentido, não tendo o Município de Delfinópolis cuidado do arbóreo, incorreu em omissão, com necessária responsabilização civil, na medida em que a ausência de cuidado e o consequente acidente com a apelante são demonstrativos de negligência do ente público.

- Fixados danos materiais e morais.

- Recurso parcialmente provido. Sentença reformada. (TJMG - Apelação Cível 1.0000.23.080175-5/001. Relator: Desembargador Renan Chaves Carreira Machado (JD Convocado), 6ª Câmara Cível, j. em 24.01.2024, p. em 26.01.2024)





FEVEREIRO 2024

EDIÇÃO 21

MPC NOTÍCIAS

PROCURADOR-GERAL

Marcílio Barenco

SUBPROCURADOR-GERAL

Daniel Guimarães

EDIÇÃO

Simone Pereira

DIAGRAMAÇÃO

Guilherme Fernandes

REVISÃO

Lílian de Oliveira

INSTAGRAM



@mpc_mg

SPOTIFY



MPC Cast

FACEBOOK



Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais

LINKEDIN



Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais

YOUTUBE



MPC-MG

TWITTER/X



@mpc_mg

FLICKR



Ministério Público de Contas
do Estado de Minas Gerais

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AV. RAJA GABAGLIA, 1.315, 5º ANDAR - LUXEMBURGO - BELO HORIZONTE - CEP 30.380-435

MPC.MG.GOV.BR • (31) 3348-2467